



PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE

TARDE

Nível Médio

Aplicação: 2014

CADERNO DE PROVAS OBJETIVAS

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Ao receber este caderno de provas, confira inicialmente se os seus dados pessoais e os dados do cargo/área/especialidade a que você concorre, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado na sua folha de respostas. Confira, também, o seu nome e os dados do cargo/área/especialidade a que você concorre em cada página numerada do seu caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de itens indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito ou apresente discordância quanto aos seus dados pessoais ou aos dados do cargo/área/especialidade a que você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva no espaço apropriado da sua folha de respostas, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:

Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.

- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas — e ao preenchimento da folha de respostas.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou na folha de respostas poderá implicar a anulação das suas provas.



OBSERVAÇÕES

Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital. É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS
0(XX) 61 3448-0100
www.cespe.unb.br
sac@cespe.unb.br

cespeUnB

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliam **conhecimentos de informática**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão, em português, e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

1 Nem astronautas nem cosmonautas. Os futuros conquistadores do espaço chamam-se taikonautas. Está-se falando da China, e após a bem-sucedida missão Shenzhou VII, 4 o país planeja estar cada vez mais presente no cosmos. Os próximos passos serão o lançamento de uma estação espacial e o envio de astronautas à Lua e a Marte. Tecnologia para essa 7 empreitada os chineses têm. Dinheiro, também. E motivação política, isso então nem se fala. A missão Shenzhou VII, por exemplo, aproveitou a onda ufanista da Olimpíada. Mais: o seu 10 lançamento comemorou os cinquenta e nove anos da chegada do Partido Comunista ao poder. A China já enviara três missões tripuladas, mas essa foi especial: foi a primeira vez que 13 um taikonauta realizou uma caminhada no espaço.

O ápice da festa foi quando o coronel da Aeronáutica Zhai Zhigang vestiu o seu uniforme (*made in China* e ao preço 16 de US\$ 4,3 milhões), abriu as portas da nave e deu início à sua caminhada cósmica. A missão era objetiva e apologética do governo, justamente para incutir nos chineses o orgulho das 19 futuras missões e tirar deles o apoio incondicional, independentemente de quanto o país tenha de gastar. Zhigang foi flutuando (de ponta cabeça) para apanhar um lubrificante 22 que estava do lado de fora do veículo espacial e, assim, enfeitou os olhos dos bilhões de chineses que o assistiam ao vivo pela tevê. Ele ergueu a bandeira vermelha de seu país e 25 declarou: “Estou me sentindo bem. Cumprimento daqui o povo chinês e o povo do mundo inteiro.”

A missão chinesa provou que o país entrou para valer 28 na corrida espacial do futuro. Não faltam projetos, incluindo-se o de uma estação espacial produzida 100% na China. O objetivo é “realizar experiências científicas de grande escala” 31 e criar uma “sólida base para utilização pacífica do espaço e exploração de seus recursos”. Essa estação ajudará o país a avançar em projetos muito mais ambiciosos.

Tatiana de Mello. *A vez dos taikonautas*. In: *Istoé*, 8/10/2008 (com adaptações).

Com relação às ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue os itens de 1 a 7.

- 1 Infere-se do texto que a China já realizava, antes da missão Shenzhou VII, experiências científicas de larga escala.

2 Na linha 17, o vocábulo “apologética” poderia ser substituído por **defensiva**, sem prejuízo do sentido do texto.

3 No trecho “envio de astronautas à Lua e a Marte” (l.6), a ausência do acento grave indicativo de crase em “a Marte” justifica-se pela presença do conectivo “e”, empregado para ligar duas expressões de mesma função.

4 Na linha 7, a vírgula empregada após “Dinheiro” marca a elipse do verbo da oração.

5 No trecho “deu início à sua caminhada cósmica” (l.16 e 17), o emprego do acento grave indicativo de crase é obrigatório.

6 No segmento “isso então nem se fala” (l.8), a posição do pronome “se” justifica-se pela presença de palavra de sentido negativo.

7 A missão espacial Shenzhou VII adquiriu caráter político de vanglória.

1 Pesquisas do Departamento de Botânica concluíram que substâncias do caule da planta conhecida como Timbó (*Serjania Lethalis*) matam as larvas do *aedes aegypti*, 4 mosquito transmissor da dengue. De acordo com os estudos, o pó do caule do Timbó moído e misturado em água forma uma solução viscosa — que elimina as larvas. Mais de 160 mil 7 casos de dengue foram registrados no Brasil, segundo dados do Ministério da Saúde. “Essa solução mata eficientemente o *aedes aegypti*. Já conhecíamos essa planta, mas nunca havia 10 sido testado seu uso antes para esse fim. Estamos satisfeitos com os resultados”, explica o professor José Elias de Paula, responsável pela pesquisa. Ele foi auxiliado por Marcílio Sales, servidor da Prefeitura.

UnB Ciências, 29/4/2014.

Em relação ao texto acima, julgue o item abaixo.

- 8 As vírgulas empregadas após “*aedes aegypti*” (l.3), “José Elias de Paula” (l.11) e “Marcílio Sales” (l.12) isolam termos de natureza explicativa que exercem, nas orações em que ocorrem, a mesma função sintática.

1 No imaginário **Livro das Espécies**, que, teimosamente,
 repousa na estante da história do futebol, os brasileiros figuram
 como macacos no mínimo há mais de noventa anos. Em 1920, ao
 4 disputarem o campeonato sul-americano no Chile, os integrantes da
 equipe nacional foram chamados de “macaquitos” por um jornal
 argentino. O Brasil se indignou, porém pelos motivos errados: para
 7 o governo, conforme se lê no apêndice do livro de Mario Filho
 (1908-1966), **O Negro no Futebol Brasileiro**, “a questão passava
 pela imagem que a República precisava construir de si própria,
 10 deixando para trás os vestígios ligados à escravidão e à
 miscigenação, em um momento em que os discursos em torno da
 eugenia eram imperativos”. O escritor carioca Lima Barreto
 13 (1881-1922), mulato e pobre, para quem o futebol era
 “eminente um fator de dissensão”, destacou, com ironia, em
 uma famosa crônica, que “a nossa vingança é que os argentinos não
 16 distinguem, em nós, cores; todos nós, para eles, somos
 macaquitos”. No domingo 27, o tal **Livro das Espécies** ganhou,
 infelizmente, uma nova edição — mas, pelo menos, revista e
 19 atualizada. E, com isso, uma versão 2014 do “todos somos macaquitos”.

Eram trinta minutos do segundo tempo do jogo Villareal
versus Barcelona quando o brasileiro Daniel Alves, titular da
 22 equipe azul e grená, se encaminhou para bater um escanteio. Uma
 banana, então, foi atirada em sua direção. O lateral — um baiano
 de trinta anos de idade, pardo, como se diz nos censos, e de olhos
 25 verdes — reagiu de forma inesperada para o público e certamente
 também para o agressor: pegou a fruta, descascou-a e a pôs na
 boca.

28 Aquele era o oitavo caso de racismo nos gramados
 espanhóis somente na atual temporada. Teria sido alvo de tímidos
 protestos não fosse a reação irreverente do jogador brasileiro — e
 a entrada em cena do craque Neymar, seu companheiro de
 31 Barcelona e da seleção brasileira. Na noite do próprio domingo, o
 atacante postou três imagens em sua conta no Instagram. Na última
 34 delas, aparecia empunhando uma banana ao lado de seu filho, Davi
 Lucca — que, por sua vez, segurava uma providencial banana de
 pelúcia. Na legenda, o ex-santista escreveu a *hashtag*
 37 #somostodosmacacos em quatro idiomas: português, inglês,
 espanhol e Catalão. Até a última quinta-feira, essa postagem havia
 recebido quase 580.000 curtidas, enquanto uma legião de
 40 celebridades — dos esportes, das artes, da política etc. — repetia
 o gesto em apoio a Daniel Alves.

Rinaldo Gama. Como Daniel Alves derrotou o racismo.
 Internet: <www.veja@abril.com.br> (com adaptações).

Considerando as ideias e estruturas linguísticas do texto acima, julgue
 os itens de 9 a 15.

- 9 Os “motivos errados” a que se refere o autor do texto à
 linha 6 estão associados à atitude do governo brasileiro,
 na década de vinte do século passado, de negar a
 miscigenação do povo em favor da eugenia.
- 10 O segmento ‘eminente um fator de dissensão’ (ℓ.14)
 pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por:
sobremaneira um fator de disputa.
- 11 No trecho ‘todos nós, para eles, somos macaquitos’ (ℓ.16
 e 17) as vírgulas isolam termo vocativo, que ressalta, no
 texto, o objeto da ‘nossa vingança’ (ℓ.15).
- 12 O trecho “Teria sido alvo de tímidos protestos não fosse a
 reação irreverente do jogador brasileiro” (ℓ.29 e 30)
 poderia ser reescrito, sem prejuízo da coerência do texto,
 da seguinte forma: O racismo teria sido alvo de grandes
 protestos, se não fosse a reação irreverente do jogador
 brasileiro.
- 13 O texto enaltece o comportamento daqueles que aceitam a
 miscigenação como fator de identidade nacional.
- 14 O trecho “Até a última quinta-feira (...) em apoio a Daniel
 Alves” (ℓ.38 a 41) pode ser reescrito, sem prejuízo da
 coerência e da correção gramatical do texto, da seguinte
 maneira: Até a última quinta-feira, a postagem havia
 recebido quase 580.000 curtidas; ao mesmo tempo, uma
 legião de celebridades — dos esportes, das artes, da
 política etc. — repetia o gesto em apoio a Daniel Alves.
- 15 Depreende-se do trecho “No domingo 27, o tal **Livro das
 Espécies** ganhou, infelizmente, uma nova edição”
 (ℓ.17 e 18) que se repetiu, neste ano, a reação à
 manifestação racista de 1920.

Com relação às características gerais da redação oficial, julgue
 os itens que se seguem.

- 16 A redação oficial consiste na comunicação tanto do poder
 público quanto do particular, com o objetivo de transmitir
 mensagem de interesse público relevante.
- 17 O uso de uma forma específica de linguagem
 administrativa contraria as normas de redação das
 correspondências oficiais.
- 18 Todo expediente oficial deve ser claro, qualidade para a
 qual concorrem a impessoalidade, a concisão e o uso do
 padrão culto da língua.

À luz do **Manual de Redação da Presidência da República**, julgue os itens a seguir, a respeito dos aspectos formais das comunicações oficiais.

- 19 Em toda comunicação oficial, exceto nas direcionadas a autoridades estrangeiras, deve-se fazer uso dos fechos **Respeitosamente** ou **Atenciosamente**, de acordo com as hierarquias do destinatário e do remetente.
- 20 Para sugerir projeto de ato normativo ao presidente da República, um ministro de Estado deve redigir exposição de motivos, sendo-lhe facultado, nesse caso, o acréscimo de um anexo para a sugestão do projeto.
- 21 O uso do vocativo **Excelentíssimo Senhor** atende ao requisito da formalidade de tratamento nas comunicações oficiais dirigidas a reitores de universidades.
- 22 Os adjetivos empregados em referência aos pronomes de tratamento em uma comunicação oficial devem sempre estar flexionados no masculino, de maneira a resguardar o requisito da uniformidade na redação oficial.

	A	B	C	D	E
1	TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE				
2	Processo	Assunto	Data	Responsável	
3	3214	Pensão	20/4/1989	Dr Valadão	
4	7654	ação Civil	2/3/2001	Dr João	
5	8762	Criminal	3/2/2007	Dr Paulo	
6	1234	Pensão	30/9/2004	Dra Joana	
7					

Considerando a figura acima, que ilustra um arquivo em edição no Microsoft Excel 2010, julgue os itens subseqüentes.

- 23 Caso a referida planilha seja copiada para o Word, será necessário reformatar suas bordas e o formato de data.
- 24 Após ter sido salvo no ambiente Windows, na pasta Arquivos de Programas, o arquivo não poderá ser editado no ambiente Linux.
- 25 O Excel 2010 possui uma função que permite enviar por *email* uma cópia do arquivo no formato pdf.
- 26 Uma vez salvo no formato pdf, o arquivo poderá ser visualizado utilizando-se o navegador Internet Explorer.
- 27 Caso o arquivo seja salvo na nuvem, não se observará perda de qualidade dos dados.

Acerca dos conceitos de segurança da informação e de redes de computadores, julgue os próximos itens.

- 28 Embora as redes sociais ofereçam muitas facilidades de comunicação, é imprescindível que seus usuários adotem hábitos de segurança, como, por exemplo, o de manter, em seus computadores, antivírus atualizado, para evitar contaminações.
- 29 Para evitar a contaminação de um arquivo por vírus, é suficiente salvá-lo com a opção de compactação.
- 30 O *firewall* é um dispositivo que conecta o computador pessoal à rede mundial com garantia de segurança.
- 31 O procedimento de becape pode ser realizado tanto para um arquivo individual quanto para um conjunto de arquivos, ou até mesmo para um HD inteiro.

Julgue os itens a seguir, de acordo com disposições do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe (TJSE).

- 32 O Conselho da Magistratura é composto pelo presidente do TJSE, pelo vice-presidente do TJSE, pelo corregedor-geral da justiça e por mais dois desembargadores eleitos entre os demais, pelo período de dois anos.
- 33 O TJSE é composto por duas câmaras cíveis e duas criminais, cada uma delas formada por três desembargadores.
- 34 O processo e o julgamento das representações propostas contra magistrados são de competência do Tribunal Pleno do TJSE.
- 35 O presidente do TJSE preside o Tribunal Pleno, o Conselho da Magistratura e as câmaras cíveis reunidas.
- 36 O corregedor-geral da justiça é escolhido pelo Tribunal Pleno do TJSE e nomeado pelo governador do estado de Sergipe.

De acordo com o Código de Organização Judiciária do Estado de Sergipe, julgue os itens subsecutivos.

- 37 As pessoas que, presentes às audiências, perturbarem a serenidade necessária à administração da justiça poderão ainda assim permanecer no recinto, salvo se sua conduta for agravada por desacato ou outro delito.
- 38 Em caso de urgência, juízes e servidores são obrigados a atender às partes a qualquer hora, ainda que fora dos auditórios e secretarias.
- 39 Cada comarca é composta por um único município, e um conjunto de municípios forma uma circunscrição judiciária.
- 40 Os ofícios que integram o foro judicial, o foro extrajudicial e as secretarias do TJSE compõem os serviços auxiliares da justiça.

RASCUNHO

Um grupo de 15 turistas que planeja passear pelo rio São Francisco, no *Canyon* do Xingó, em Sergipe, utilizará, para o passeio, três barcos: um amarelo, um vermelho e um azul. Cada barco tem capacidade máxima para 8 ocupantes e nenhum deles deixará o porto com menos de 3 ocupantes.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 41 Considere que 8 turistas tenham ocupado o barco amarelo, que os demais tenham sido distribuídos, de maneira aleatória, entre os outros 2 barcos e que nenhum barco tenha permanecido no porto. Nesse caso, a probabilidade de o barco vermelho ter deixado o porto com 4 turistas é superior a 0,47.
- 42 Considere que esse grupo seja formado por 9 turistas do sexo feminino e 6 do masculino e que as mulheres tenham se dividido em 3 grupos de 3 mulheres, tendo cada grupo ocupado um barco diferente. Nesse caso, se os turistas homens se distribuíram nos barcos de maneira aleatória, a probabilidade de o barco vermelho ter deixado o porto com 5 turistas homens é superior a 0,04.
- 43 A quantidade de maneiras distintas de escolher 8 turistas para ocupar o barco azul e 7 para ocupar o barco amarelo é inferior a $8^2 \times 7^2$.
- 44 A quantidade de maneiras distintas de distribuir os 15 turistas pelos 3 barcos, de forma que cada barco seja ocupado por exatamente 5 turistas, é superior a $2^2 \times 3^2 \times 7^2 \times 11^2$.

Julgue os itens que se seguem, relacionados à lógica proposicional.

- 45 A sentença “A crença em uma justiça divina, imparcial, incorruptível e infalível é lenitivo para muitos que desconhecem os caminhos para a busca de seus direitos, assegurados na Constituição” é uma proposição lógica simples.
- 46 A sentença “O reitor declarou estar contente com as políticas relacionadas à educação superior adotadas pelo governo de seu país e com os rumos atuais do movimento estudantil” é uma proposição lógica simples.
- 47 A sentença “O sistema judiciário igualitário e imparcial promove o amplo direito de defesa do réu ao mesmo tempo que assegura uma atuação investigativa completa por parte da promotoria” é uma proposição lógica composta.

Julgue os próximos itens, considerando os conectivos lógicos usuais \neg , \wedge , \vee , \rightarrow , \leftrightarrow e que P, Q e R representam proposições lógicas simples.

- 48 A proposição $[P \rightarrow (Q \wedge R)] \leftrightarrow \{[(\neg P) \vee Q] \wedge [(\neg P) \vee R]\}$ é uma tautologia.
- 49 A proposição $[(\neg P) \vee Q] \leftrightarrow \{ \neg [P \wedge (\neg Q)] \}$ é uma tautologia.
- 50 Sabendo-se que, para a construção da tabela verdade da proposição $(P \vee Q) \leftrightarrow (Q \wedge R)$, a tabela mostrada abaixo normalmente se faz necessária, é correto afirmar que, a partir da tabela mostrada, a coluna correspondente à proposição $(P \vee Q) \leftrightarrow (Q \wedge R)$ conterà, de cima para baixo e na sequência, os seguintes elementos: V F F F V F F F.

P	Q	R	$(P \vee Q) \leftrightarrow (Q \wedge R)$
V	V	V	
V	V	F	
V	F	V	
V	F	F	
F	V	V	
F	V	F	
F	F	V	
F	F	F	

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca dos direitos fundamentais e do conceito e da classificação das constituições, julgue os itens a seguir.

- 51 Diferentemente das constituições sintéticas, as quais se limitam às regras básicas constitucionais, as constituições semânticas extrapolam o essencial para constitucionalizar variadas matérias adicionais e estabelecer, de forma dirigente, objetivos a serem atingidos pelo legislador ordinário.
- 52 Os direitos fundamentais têm o condão de restringir a atuação estatal e impõem um dever de abstenção, mas não de prestação.
- 53 Do ponto de vista jurídico, a constituição funda as bases do ordenamento jurídico, contendo, em seu corpo, disposições estruturais acerca do funcionamento do Estado, seus entes e órgãos, e dos limites à atuação estatal, quais sejam, os direitos e garantias fundamentais do cidadão.
- 54 Normas materialmente constitucionais encerram disposições a respeito de matéria tipicamente constitucional, isto é, de elementos inerentes à constituição, ao passo que as normas formalmente constitucionais, embora não tratem de matéria constitucional, são constitucionais, do ponto de vista eminentemente formal, somente porque integram a constituição.

Julgue os itens seguintes, em relação à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil.

- 55 O poder constituinte dos estados, dada a sua condição de ente federativo autônomo, é soberano e ilimitado.
- 56 A despeito de serem entes federativos, os territórios federais carecem de autonomia.

No que diz respeito à administração pública e aos servidores públicos, julgue os itens subseqüentes.

- 57 O salário-família para dependentes é um direito social assegurado e estendido aos servidores públicos.
- 58 Basta a observância da legalidade estrita para que a conduta do agente público seja considerada moralmente adequada do ponto de vista da administração pública.

Com relação à organização dos Poderes Legislativo e Judiciário e ao Conselho Nacional de Justiça, julgue os itens que se seguem.

- 59 O Conselho Nacional de Justiça, embora seja órgão do Poder Judiciário, não possui competência jurisdicional, cabendo-lhe a supervisão administrativa e financeira daquele poder.
- 60 Desde a expedição do diploma, a imunidade formal protege o parlamentar contra a prisão, inclusive a civil, ressalvada a hipótese de flagrante de crime inafiançável.

Com relação à organização administrativa e à administração direta e indireta, julgue os seguintes itens.

- 61 Pode ser qualificada como agência executiva a autarquia que tenha plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento e que celebre contrato de gestão com órgão do governo federal.
- 62 Verifica-se a descentralização por colaboração quando o poder público, por meio de contrato ou ato administrativo unilateral, transfere a titularidade e a execução de determinado serviço público a pessoa jurídica de direito privado.

No tocante aos atos e aos poderes administrativos, julgue os próximos itens.

- 63 O Poder Judiciário só tem competência para revogar os atos administrativos por ele mesmo produzidos.
- 64 No exercício do poder administrativo disciplinar, a administração pode aplicar punições aos particulares que cometam infrações, independentemente de estes se sujeitarem às regras do regime administrativo.
- 65 Os atos administrativos gozam da presunção de legitimidade, o que significa que são considerados válidos até que sobrevenha prova em contrário.

Julgue os itens subsecutivos, no que diz respeito à licitação administrativa.

- 66 O princípio da vinculação ao instrumento convocatório faculta à administração pública e aos participantes do certame licitatório a observância das normas e das condições presentes no edital.
- 67 Por se tratar de contratação de natureza comum, órgãos públicos podem utilizar a licitação na modalidade pregão para a contratação de obra de engenharia.
- 68 Para a realização de contratações administrativas, o TJSE deve observar, subsidiariamente, a legislação federal acerca das normas gerais de licitação, já que cada estado da Federação deve editar e seguir prioritariamente suas próprias normas gerais sobre licitação.

A respeito de agentes públicos, responsabilidade civil do Estado e improbidade administrativa, julgue os itens que se seguem.

- 69 Conforme o estatuto dos funcionários públicos civis do estado de Sergipe, é vedado ao servidor público fazer circular listas de donativos ou de sorteios no ambiente de trabalho.
- 70 Consideram-se sujeitos ativos dos ilícitos previstos na Lei de Improbidade Administrativa o agente público e o terceiro particular que, mesmo não sendo agente público, induzir ou concorrer para o ato ou dele se beneficiar direta ou indiretamente.
- 71 Conforme a recente jurisprudência do STJ, para a configuração dos atos de improbidade administrativa que causem lesão ao erário previstos na Lei de Improbidade Administrativa, exige-se comprovação de efetivo dano ao erário e de culpa, ao menos em sentido estrito.
- 72 À exceção dos magistrados, os servidores públicos efetivos estatutários do Poder Judiciário, após aquisição de estabilidade, apenas podem perder seus cargos por decisão em sentença judicial transitada em julgado ou em processo administrativo disciplinar, ou por decorrência de avaliação de desempenho insatisfatória ou por necessidade de redução de despesas com pessoal.

No que se refere aos dispositivos da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro e à vigência, aplicação, interpretação e integração das leis, julgue os seguintes itens.

- 73 A interpretação teleológica consiste na análise da norma de forma contextual, com a comparação entre os dispositivos do próprio texto legal e outros diplomas normativos.
- 74 A Lei Federal n.º 12.376/2010 renomeou a Lei de Introdução ao Código Civil para Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, mas não fez quaisquer alterações relativas às normas de interpretação, vigência e aplicação das leis.
- 75 Conforme previsão expressa da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, nas hipóteses de omissão legislativa, serão aplicados a analogia, os costumes, a equidade e os princípios gerais de direito.

Acerca da personalidade, julgue o item abaixo.

- 76 É válida a disposição onerosa do próprio corpo, no todo ou em parte, com objetivo científico, para depois da morte.

A respeito dos atos, fatos e negócios jurídicos, julgue os próximos itens.

- 77 Interpretam-se extensivamente os negócios jurídicos benéficos e a renúncia.
- 78 Não constitui ato ilícito a deterioração ou destruição da coisa alheia nem a lesão a pessoa com fins de remover perigo iminente.
- 79 O termo inicial suspende o exercício do direito, mas não sua aquisição.

Julgue os seguintes itens, relativos à prescrição e à decadência.

- 80 A prescrição e a decadência são necessariamente fatos jurídicos extintivos e estabelecidos por lei.
- 81 Os relativamente incapazes e as pessoas jurídicas têm ação contra seus assistentes ou representantes legais que derem causa à prescrição ou à decadência ou que não as alegarem oportunamente.

Considerando que Francisco, José e Luiz tenham-se reunido, em janeiro de 2014, para criar a Associação X, com a finalidade de auxiliar pessoas carentes em projetos para aquisição de moradia, além de ajudar a executar projetos de construção e cadastramento dos demais associados, no âmbito de programas governamentais e assistenciais, julgue os itens subsequentes.

- 82 Se José, em ação judicial, alegar que a constituição da Associação X se deu mediante simulação, apenas para arrecadar taxas de associados, o juiz poderá decretar a anulabilidade dos seus atos, determinando a sua extinção.
- 83 Em regra, os bens vinculados à Associação X adquiridos por Francisco, José e Luiz não serão considerados bens públicos, ainda que a entidade venha a desenvolver atividade de cunho social.
- 84 De acordo com a jurisprudência e a doutrina, a Associação X não perderá a qualificação de associação se vier a desenvolver atividade econômica, desde que essa atividade não vise ao lucro.

João ajuizou ação de conhecimento contra José perante o juízo da comarca da capital do estado de Sergipe e requereu a antecipação dos efeitos da tutela, que foi parcialmente concedida.

Considerando a situação hipotética acima apresentada, julgue os itens que se seguem.

- 85** Na pendência do prazo comum às partes, os advogados de ambas as partes não poderão retirar os autos do cartório, salvo em conjunto, mediante acordo prévio, ou, independentemente de ajuste, pelo prazo de uma hora, se o objetivo da retirada for a obtenção de cópias desses autos.
- 86** Caso haja interposição de agravo de instrumento em face da decisão que tenha apreciado a antecipação dos efeitos da tutela, o relator do recurso poderá converter agravo de instrumento em agravo retido. Diante dessa decisão, João poderá impetrar mandado de segurança, em regra, no prazo de cinco dias.
- 87** Se José deixar de contestar parte dos pedidos formulados por João, caberá a antecipação dos efeitos da tutela em relação ao pedido incontroverso, desde que requerida expressamente por João.
- 88** O prazo para que João interponha recurso contra essa decisão corre a partir da juntada aos autos da efetiva citação e intimação de José referente ao conteúdo do ato decisório.

Maria, atropelada por um veículo automotivo conduzido por um servidor público que estava a serviço do estado de Sergipe e que apresentava sinais evidentes de embriaguez, ajuizou ação indenizatória contra o ente federado.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 89** Caso o valor do pedido seja inferior a sessenta salários mínimos, o juizado da fazenda pública será absolutamente competente para conhecer da matéria.
- 90** Se, em razão dos fatos, Maria ajuizar a referida ação sob o rito comum ordinário, o estado fará jus a prazo para contestação contado em quádruplo e a prazo simples para apresentar contrarrazões a qualquer recurso eventualmente interposto.
- 91** Como a ação é manejada contra ente público, a lei proíbe que se adote o rito sumário.

No que se refere à jurisdição, ação, processo e procedimento e aos princípios constitucionais aplicáveis ao processo civil, julgue os itens subseqüentes.

- 92** As condições da ação e os pressupostos processuais devem ser apreciados de ofício pelo juiz, isto é, independentemente de provocação das partes. No entanto, a parte ré deve alegar a matéria em seu favor, sob pena de responder pelas custas do retardamento.
- 93** De acordo com o princípio do juiz natural, segundo o qual as demandas jurisdicionais devem ser julgadas por órgão judicial previamente estabelecido, é vedada a criação de juízos ou tribunais de exceção.
- 94** A possibilidade jurídica do pedido, o interesse de agir e a legitimidade para a causa são pressupostos de existência e de validade do processo.

Em relação ao processo de execução no âmbito do Código de Processo Civil, aos juizados especiais cíveis e à ação civil pública, julgue os itens subsecutivos.

- 95** A nota promissória, título executivo extrajudicial, pode servir de base ao processo executivo, desde que retrate obrigação certa, líquida e exigível.
- 96** O credor poderá ajuizar a ação de conhecimento ou de execução perante os juizados especiais cíveis se o valor a ser cobrado for inferior a quarenta salários mínimos, ainda que constante de título executivo extrajudicial. Nesse caso, é facultativa a presença de advogado.

A respeito do princípio da legalidade, da relação de causalidade, dos crimes consumados e tentados e da imputabilidade penal, julgue os itens seguintes.

- 97** Considere que Alfredo, logo depois de ter ingerido veneno com a intenção de suicidar-se, tenha sido alvejado por disparos de arma de fogo desferidos por Paulo, que desejava matá-lo. Considere, ainda, que Alfredo tenha morrido em razão da ingestão do veneno. Nessa situação, o resultado morte não pode ser imputado a Paulo.
- 98** No direito penal brasileiro, as penas previstas para os crimes consumados são as mesmas previstas para os delitos tentados.
- 99** É isento de pena o agente que, por embriaguez voluntária completa, era, ao tempo da ação ou da omissão, inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato.
- 100** É legítima a criação de tipos penais por meio de decreto.

No que se refere a concurso de pessoas, aplicação da pena, medidas de segurança e ação penal, julgue os itens a seguir.

- 101** O tempo de internação do preso, assim como o de tratamento ambulatorial, durará, no mínimo, um ano e, no máximo, três anos.
- 102** Salvo disposição expressa em contrário, o direito de queixa ou de representação do ofendido decai no prazo de seis meses, contado do dia em que tiver ocorrido o crime.
- 103** A pena privativa de liberdade de réu reincidente em crime culposos poderá ser substituída por uma pena restritiva de direitos.
- 104** Em se tratando de autoria colateral, não existe concurso de pessoas.
- 105** As circunstâncias agravantes e atenuantes são examinadas na segunda fase de dosimetria da pena.

Em relação às causas extintivas da punibilidade e aos crimes contra a administração pública, julgue os itens que se seguem.

- 106** Praticará o crime de corrupção ativa o funcionário de concessionária de serviço de energia elétrica que, para não interromper o fornecimento de energia para consumidor inadimplente, aceitar promessa de vantagem indevida.
- 107** Cometerá o crime de concussão o funcionário público que, utilizando-se de grave ameaça e em razão da função pública que ocupar, exigir de alguém vantagem indevida.
- 108** Servidor público que utilizar papel, tinta e impressora pertencentes à repartição pública onde trabalha para imprimir arquivos particulares praticará o crime de peculato.

Julgue os itens seguintes, conforme o entendimento dominante dos tribunais superiores acerca da Lei Maria da Penha, dos princípios do processo penal, do inquérito, da ação penal, das nulidades e da prisão.

- 109** Conforme entendimento do STJ, não se concede o direito de recorrer em liberdade ao réu que permanece preso durante a instrução do processo, uma vez que a manutenção da prisão constitui um dos efeitos da respectiva condenação.
- 110** O STF declarou a constitucionalidade da Lei Maria da Penha quanto à não aplicação dos institutos despenalizadores previstos na Lei n.º 9.099/1995 para os crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher.
- 111** Conforme o STF, viola o princípio da presunção de inocência a exclusão de certame público de candidato que responda a inquérito policial ou a ação penal sem trânsito em julgado de sentença condenatória.
- 112** Conforme o STF, para que incida o princípio da insignificância e, conseqüentemente, seja afastada a reprimenda penal, é indispensável que a conduta do agente seja marcada por ofensividade mínima ao bem jurídico tutelado, reduzido grau de reprovabilidade, inexpressividade da lesão, e nenhuma periculosidade social.

Julgue os itens subsequentes, à luz do disposto no Código de Processo Penal (CPP) e do entendimento dominante dos tribunais superiores acerca da ação penal, do processo comum, do Ministério Público, das citações e das intimações.

- 113** Considere que, deflagrada a ação penal, uma das testemunhas arroladas pela acusação tenha sido inquirida por carta precatória, sem a prévia intimação da defesa acerca da data da audiência realizada no juízo deprecado. Nesse caso, segundo o STJ, a oitiva da testemunha deve ser considerada nula.
- 114** A justa causa, uma das condições para o exercício da ação penal, corresponde à existência de suporte probatório mínimo para que a acusação seja recebida e se dê prosseguimento ao processo.
- 115** O CPP permite que, no momento do recebimento da denúncia, o magistrado, ao fazer o juízo de admissibilidade da acusação, desclassifique a conduta descrita para adequar, por meio dos institutos da *emendatio libelli* e da *mutatio libelli*, a capitulação do delito.
- 116** Com vistas à preservação da imparcialidade do magistrado, o CPP não admite que o juiz ouça outras testemunhas além das indicadas pelas partes.
- 117** O princípio do promotor natural, expresso na CF, visa assegurar o exercício pleno e independente das atribuições do Ministério Público, repelindo-se a figura do promotor por encomenda.
- 118** Considere que um oficial de justiça tenha certificado nos autos a realização de diligências necessárias à localização do acusado no endereço informado pelo advogado constituído no processo. Considere, ainda, que tenha havido indícios da ocultação do réu para impedir a realização do ato de citação. Nesse caso, o oficial de justiça não poderá efetuar a citação por hora certa, sob pena de nulidade, pois, no processo penal, o acusado tem direito à citação pessoal.

Julgue os próximos itens, acerca da prisão temporária e das disposições do CPP a respeito do juiz.

- 119** Não é cabível a decretação de prisão temporária de indivíduo que participe de organização criminosa para tráfico de drogas sintéticas, uma vez que o tráfico de drogas não está inserido no rol dos delitos para os quais se autoriza tal espécie de custódia cautelar.
- 120** O CPP veda ao juiz o exercício de jurisdição no processo em que tiver funcionado como auxiliar da justiça seu cônjuge ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o terceiro grau.

